

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



3º QUADRIMESTRE DE 2010
SALVADOR, 28 DE FEVEREIRO DE 2010.



Governo do Estado da Bahia
Secretaria da Fazenda

Secretaria da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GOVERNADOR

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE

PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	4
2.1 Receitas Correntes	5
2.1.1 Receitas Tributárias	5
2.1.2 Transferências Correntes	6
2.2 Receitas de Capital	7
3. DESPESAS	8
3.1 Despesas Correntes	9
3.2 Despesas de Capital	10
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	10
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	11
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	12
8. RESTOS A PAGAR	13
9. RESULTADO PRIMÁRIO	13
10. RESULTADO NOMINAL	14
11. DÍVIDA PÚBLICA	14
12. CONCLUSÃO	15
13. GLOSSÁRIO	17

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2010, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida são originários dos Relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 29 e 30 de janeiro e 24 e 26 de fevereiro de 2011(consolidados), em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

Balanco Orçamentário da Receita				Em mil Reais	
Discriminação	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	Varição Nominal (%) 2010/2009
Receitas Correntes	24.510.873	23.533.327	96,01	19.959.312	17,91
Receita Tributária	12.897.085	12.876.989	99,84	10.840.388	18,79
Receita de Contribuições	1.263.039	1.384.474	109,61	1.226.913	12,84
Receita Patrimonial	341.600	476.768	139,57	219.558	117,15
Receita Agropecuária	1.830	203	11,10	236	(13,82)
Receita Industrial	124	29	23,11	9	202,81
Receita de Serviços	165.022	95.317	57,76	90.485	5,34
Transferências Correntes	9.260.898	8.818.200	95,22	7.787.363	13,24
Outras Receitas Correntes	1.581.123	1.000.025	63,25	750.448	33,26
Conta Retificadora	(2.546.896)	(2.673.558)	104,97	(2.317.838)	15,35
Receitas Intra-Orçamen. Correntes	1.547.047	1.554.881	100,51	1.361.750	14,18
Receitas de Capital	2.270.272	1.325.860	58,40	1.472.569	(9,96)
Operações de Crédito	942.358	652.242	69,21	987.706	(33,96)
Alienação de Bens	7.440	12.663	170,21	4.352	191,00
Amortização de Empréstimos	92.305	75.726	82,04	62.935	20,32
Transferências de Capital	807.490	585.211	72,47	417.577	40,14
Outras Receitas de Capital	420.678	18	0,00	0	100,00
Total	26.781.144	24.859.188	92,82	21.431.881	15,99

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas no ano de 2010, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 24,86 bilhões, significando um crescimento nominal de 15,99% em relação ao realizado em 2009. Foram realizados 92,82% da previsão anual atualizada de receitas do Estado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Das receitas realizadas em 2010, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 51,80% e 35,47%, respectivamente.

2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foram realizadas nesta categoria R\$ 23,53 bilhões, representando uma realização de 96,01% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 17,91%, em relação a 2009.

2.1.1 - Receitas Tributárias

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2010	Orçamento % Realizado	2009	Varição Nominal (%) 2010/2009
Receita Tributária	12.897.085	12.876.989	99,84	10.840.388	18,79
ICMS	11.343.203	11.153.957	98,33	9.352.063	19,27
IPVA	548.180	549.341	100,21	497.319	10,46
ITCD	19.007	26.746	140,72	24.461	9,34
IRRF	568.713	675.081	118,70	562.129	20,09
Taxas	417.982	471.864	112,89	404.417	16,68

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 12,88 bilhões, com um aumento nominal de 18,79% na arrecadação, em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 86,62% no montante das receitas tributárias realizadas em 2010.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$ 11,15 bilhões em 2010, contra R\$ 9,35 bilhões realizados em 2009, significando um incremento nominal de 19,27%, resultado do

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

desempenho positivo da economia baiana, assim como do esforço empreendido na ação fiscalizadora. Foram realizados 98,33% da previsão atualizada anual.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 549,34 milhões, superior em 10,46% ao valor realizado no ano de 2009. A participação do IPVA no total das receitas tributárias realizadas em 2010 foi de 4,27%, sendo realizado 100,21% do previsto atualizado para 2010.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 20,09% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 675,08 milhões. Foram realizados 118,70% do valor previsto. Esse incremento decorre do realinhamento dos salários decidido nas mesas de negociação.

As Taxas arrecadadas em 2010 somaram o valor de 471,86 milhões, com um acréscimo de 16,68% em relação a 2009. Foram realizados 112,89% do previsto anual atualizado.

Já com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 26,75 milhões, representando um crescimento de 9,34% em relação a 2009, com uma realização de 140,72% do valor previsto.

2.1.2 - Transferências Correntes

Transferências Correntes				Em mil Reais	
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	Varição Nominal (%) 2010/2009
Transferências Correntes	9.260.898	8.818.200	95,22	7.787.363	13,24
FPE	4.862.553	4.583.478	94,26	4.252.534	7,78
IPI Exportação	268.281	190.235	70,91	189.927	0,16
Salário Educação	48.743	75.852	155,62	64.357	17,86
Compensação Lei Kandir	70.114	54.356	77,53	54.398	(0,08)
Auxílio Exportação	175.656	66.412	37,81	60.024	10,64
Royalties	254.613	229.074	89,97	203.761	12,42
Transferências do FUNDEB	1.978.737	1.922.450	97,16	1.678.147	14,56
Transf. de Convênios	171.576	157.280	91,67	149.375	5,29
Outras Transferências	1.430.626	1.539.062	107,58	1.134.840	35,62

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As Transferências Correntes somaram 37,47% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando R\$ 8,82 bilhões. Verificou-se um aumento de 13,24% nos ingressos em relação ao mesmo período de 2009.

O Fundo de Participação Estadual - FPE deteve 51,98% do total realizado de Transferências Correntes. Em 2010, o FPE atingiu R\$ 4,58 bilhões, com um incremento de 7,78% comparado a 2009. Foram realizados 94,26% do valor previsto atualizado para 2010.

Com 21,80% de participação no total das Transferências Correntes, as transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 1,92 bilhão contra R\$1,68 bilhão realizado em 2009, ou seja, um crescimento nominal de 14,56% comparado a 2009. Houve uma realização de 97,16% do valor previsto atualizado.

O item Outras Transferências totalizou R\$ 1,54 bilhão, superior em 35,62%, se comparado ao mesmo período de 2009. Este aumento foi impulsionado pela realização de R\$ 1,02 bilhão oriundo das transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde – SUS e pelas transferências de recursos do FNDE no total de R\$ 366,02 milhões, entre outras.

2.2 - Receitas de Capital

Receitas de Capital				Em mil Reais	
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	Variação Nominal (%) 2010/2009
Receitas de Capital	2.270.272	1.325.860	58,40	1.472.569	(9,96)
Operações de Crédito	942.358	652.242	69,21	987.706	(33,96)
Operações de Crédito Internas	723.855	472.332	65,25	206.506	128,73
Operações de Crédito Externas	218.503	179.910	82,34	781.200	(76,97)
Alienação de Bens	7.440	12.663	170,21	4.352	191,00
Amortização de Empréstimos	92.305	75.726	82,04	62.935	20,32
Transferências de Capital	807.490	585.211	72,47	417.577	40,14
Outras Receitas de Capital	420.678	18	0,00	0	100,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 1,33 bilhão. Houve uma redução de 9,96% comparada ao mesmo período do ano anterior e foi realizado nessa rubrica, 58,40% da previsão anual atualizada.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 652,24 milhões, com uma variação nominal negativa de 33,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo realizado 69,21% do valor previsto. Do total realizado, destacaram-se as Operações internas no montante de R\$ 472,33 milhões. A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 82,04% em relação ao previsto, totalizando R\$ 75,73 milhões. Em relação a 2009, este item apresentou um crescimento de 20,32%.

As Transferências de capital, formadas em quase sua totalidade (96,04%) pelas Transferências de convênios (Transferências da União), apresentaram uma realização de R\$ 585,21 milhões, com variação nominal positiva de 40,14%. Do montante previsto, foram realizados 72,47%.

Na conta Outras Receitas de Capital, o valor realizado da ordem de R\$ 18 mil, originou-se de restituições de convênios. Observa-se, entretanto, que no valor previsto de R\$ 420,68 milhões, estão contemplados R\$ 395,20 milhões referentes a superávit financeiro de exercícios anteriores de operações de crédito (PROCONFIS).

3. DESPESAS

Balanco Orçamentário da Despesa				Em mil Reais	
Discriminação	Previsão Atualizada 2010	Executada - Janeiro a Dezembro			
		2010	Orçamento % Realizado	2009	Varição % 2010/2009
Despesas Correntes	22.491.105	21.502.299	95,60	18.534.874	16,01
Pessoal e Encargos Sociais	11.771.696	11.470.360	97,44	10.500.244	9,24
Juros e Encargos da Dívida	514.764	510.138	99,10	525.354	(2,90)
Outras Despesas Correntes	10.204.646	9.521.801	93,31	7.509.276	26,80
Despesas de Capital	4.271.039	3.165.694	74,12	2.840.059	11,47
Investimentos	3.044.606	2.046.146	67,21	1.329.025	53,96
Inversões Financeiras	353.923	247.641	69,97	245.310	0,95
Amortização da Dívida	872.510	871.906	99,93	1.265.724	(31,11)
Reserva de Contingência	19.000	-	-	-	-
Total	26.781.144	24.667.993	92,11	21.374.933	15,41

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As despesas realizadas no ano de 2010 totalizaram R\$ 24,67 bilhões, correspondentes a 92,11% do valor orçado. Observa-se um crescimento de 15,41% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 46,50% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 38,60%, Dívida Pública com 5,60% e Investimentos e Inversões Financeiras com 9,30%.



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 21,50 bilhões com um acréscimo de 16,01% em relação ao ano de 2009. Foram realizados 95,60 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 11,47 bilhões, correspondendo a 97,44 % da previsão anual. Comparando ao mesmo período de 2009, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais apresentaram um crescimento nominal de 9,24%.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 510,38 milhões, correspondendo a 99,10% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 9,52 bilhões, correspondentes a 93,31% do fixado para o ano.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Deste montante, as Transferências constitucionais aos Municípios atingiram R\$ 3,22 bilhões, contra R\$ 2,69 realizados no ano anterior, ou seja, um incremento de 19,49%, em relação a 2009.

3.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,17 bilhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 2,04 bilhões, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 871,90 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 247,64 milhões.

Destacam-se os Investimentos que apresentaram um crescimento nominal de 53,96 % comparado a 2009.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas				Em mil Reais	
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Empenhadas		
	Janeiro a Dezembro 2010	Orçamento (%) Realização	Janeiro a Dezembro 2010	Orçamento (%) Realização	
Correntes	23.533.327	96,01	21.502.299	95,60	
Capital	1.325.860	58,40	3.165.694	74,12	
TOTAL	24.859.188	92,82	24.667.993	92,11	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Apurado superávit orçamentário, fruto das receitas realizadas em montante de R\$ 24,86 bilhões, equivalente a 92,82% da previsão anual e despesas empenhadas no valor de R\$ 24,67 bilhões, correspondendo a um percentual de 92,11% da respectiva previsão anual.

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 2,03 bilhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 1,84 bilhão, e, por conseguinte alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 191,19 milhões.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				Em mil reais	
Especificação	Janeiro a Dezembro				
	2010	2009	Variação Nominal (%)		
Resultado do Orçamento Corrente	2.031.028	1.424.438	42,58		
Resultado do Orçamento de Capital	(1.839.833)	(1.367.490)	34,54		
Resultado Orçamentário	191.195	56.948	235,74		

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

Em 2010, o Poder Executivo teve um limite de pessoal realizado de 43,18%, e o Estado da Bahia, atingiu 52,54% da Receita Corrente Líquida, ambos percentuais abaixo dos limites prudencial e máximo, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida 3º Quadrimestre 2010			
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	43,18	46,17	48,60
Legislativo	2,55	3,23	3,40
Assembléia	1,30	1,83	1,93
TCE	0,75	0,86	0,90
TCM	0,50	0,54	0,57
Judiciário	5,30	5,70	6,00
Ministério Público	1,52	1,90	2,00
Total	52,54	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF RCL últimos 12 meses = R\$ 17.372.551 mil

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil reais
Descrição	Realizado		Limite Constitucional Anual
	Janeiro a Dezembro 2010	2009	
Receita Líquida de Impostos	14.024.226	12.155.265	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	3.732.149	3.332.769	
% Aplicado na Manut. e Desenvolv.do Ensino	26,61%	27,42%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Em 2010, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram R\$ 3,73 bilhões, o que representa 26,61% da Receita Líquida de Impostos, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2006	(1.376.031)	444.996	(931.035)
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)
2009	(2.317.838)	1.678.147	(639.691)
2010	(2.669.753)	1.922.450	(747.303)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Em 2010, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 2,67 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,92 bilhão. Foi atendido o limite mínimo anual de 60% do FUNDEB, na remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio, com um percentual realizado de 80,13%.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Descrição	Despesas Próprias com Saúde		Em mil reais
	Realizado		Limite Constitucional Anual
	Janeiro a Dezembro		
	2010	2009	
Receita Líquida de Impostos	14.024.226	12.155.265	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.931.511	1.687.967	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	13,77%	13,89%	12%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Foi destinado para as despesas com saúde no ano de 2010, o montante de R\$ 1,93 bilhão, correspondendo a 13,77% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando com folga o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2010, os Restos a Pagar Inscritos totalizaram R\$ 791,10 milhões, dos quais R\$ 768,10 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo, e R\$ 23,00 milhões pelo Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2010				Em mil reais
Descrição	Processados		Não Processados do Exercício	Total Geral
	Exercícios Anteriores	Do Exercício ¹		
Poder Executivo	31.242	497.418	239.441	768.100
Poder Judiciário	0	682	11.817	12.499
Poder Legislativo	2.133	3.910	3.395	9.438
Ministério Público	5	4	1.053	1.063
Defensoria Pública	-	-	-	-
Total	33.380	502.015	255.706	791.101

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui o valor de R\$ 29.702 mil referente ao Serviço da Dívida a pagar.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

Demonstrativo do Resultado Primário			Em mil reais
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		
	2010	2009	
Receitas Fiscais Correntes (I)	23.295.670	19.766.483	
Receitas Fiscais de Capital (II)	585.229	417.577	
Receita Fiscais Total (III) = (I+II)	23.880.900	20.184.060	
Despesas Fiscais Correntes (IV)	20.992.161	18.009.520	
Despesas Fiscais de Capital (V)	2.144.226	1.436.561	
Despesas Fiscais VI = (IV+V)	23.136.387	19.446.082	
Resultado Primário (III - VI)	744.513	737.978	

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2010 = R\$ 345.402 mil

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida.

Em 2010, o Resultado Primário atingiu R\$ 744,51 milhões, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 345,40 milhões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

10. RESULTADO NOMINAL

Demonstrativo do Resultado Nominal			Em mil reais
Especificação	Saldo		Resultado Nominal
	31/12/2010 (a)	31/12/2009 (b)	3º Quadr. 2010 (a-b)
Dívida Consolidada (I)	10.425.936	10.424.316	
Deduções (II)	1.368.929	1.189.369	
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.666.413	1.303.751	
Demais Haveres Financeiros	237.910	215.352	
(-) Restos a Pagar Processados	(535.394)	(329.734)	
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	9.057.007	9.234.947	
Receita de Privatizações (IV)	-	-	
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	9.057.007	9.234.947	(177.940)

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2010 = R\$ (-) 665.993 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos.

Em 2010, o resultado nominal foi R\$177,94 milhões negativos, indicando que houve uma redução da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior.

11. DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Consolidada			Em mil reais
Discriminação	Saldo do Exercício		% Variação
	2010	2009	
Interna	8.016.005	7.889.765	1,60
Externa	1.966.082	2.041.427	(3,69)
Outras	443.850	493.124	(9,99)
Total	10.425.936	10.424.316	0,02

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

Ao final do ano de 2010, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 10,42 bilhões, sendo R\$ 8,01 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,96 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 443,85 milhões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Exercício de 2010	9.057.007	17.372.551	0,52

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,52 no final de 2010. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL.

12. CONCLUSÃO

Em 2010, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 744,51 milhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 24,86 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 24,67 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 191,19 milhões.

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 177,94 milhões.

Metas	Em mil reais	
Descrição	Valor realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	744.513	345.402
Resultado Nominal	(177.940)	(665.993)

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Limites Constitucionais e Legais

Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa de Pessoal	52,54	57,00	60,00
Dívida	0,52	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,55	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	3,77	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	0,00	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

O limite referente à dívida pública, garantia de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	26,61%	25%
Saúde	13,77%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites de educação e saúde também foram superados conforme já demonstrados.

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 28 de fevereiro de 2011.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2010, realizou-se no dia 26 de abril de 2011, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF